



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 14.480, DE 16 DE JULHO DE 2003.

- Revogada pela Lei nº 18.673, de 21-11-2014, art. 59 .

- Vide Lei nº 18.429, de 08-04-2014

- Revogado pela Lei nº 18.162, de 17-09-2013, art. 54 .

Legenda:

Texto em Preto	Redação em vigor
Texto em Vermelho	Redação Revogada

~~Dispõe sobre a fiscalização do transporte intermunicipal clandestino de passageiros no Estado de Goiás.~~

~~A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:~~

~~Art. 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se clandestino o transporte coletivo intermunicipal de passageiros realizado como serviço remunerado por pessoa física ou jurídica:~~

~~I — sem a devida concessão, permissão ou autorização expedida nos termos da legislação;~~

~~II — em desobediência a percurso ou seção de percurso definido pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos — AGR.~~

~~Parágrafo único. Não se considera clandestino ou coletivo o serviço de transporte intermunicipal de passageiros realizado por automóvel provido por taxímetro devidamente autorizado pelo Poder Público Municipal e sob regime de fretamento eventual, desde que o retorno ao Município de origem da autorização seja realizado com o mesmo passageiro da ida, ou vazio, sendo ainda vedados:~~

~~- Acrescido pela Lei nº 16.987, de 28-04-2010 .~~

~~I — a fixação de horário regular para embarque e desembarque;~~

~~- Acrescido pela Lei nº 16.987, de 28-04-2010 .~~

~~II — a captação ou o desembarque de passageiros no itinerário;~~

~~- Acrescido pela Lei nº 16.987, de 28-04-2010 .~~

~~III — a existência de ponto fixo de embarque e desembarque, inclusive com a utilização de terminais rodoviários nos pontos extremos e no percurso da viagem;~~

~~- Acrescido pela Lei nº 16.987, de 28-04-2010 .~~

~~IV — a venda de passagens e emissões de passagens individuais;~~

~~- Acrescido pela Lei nº 16.987, de 28-04-2010 .~~

~~V — o transporte de encomendas ou mercadorias que caracterizem a prática de comércio, nos veículos utilizados na respectiva prestação.~~

~~- Acrescido pela Lei nº 16.987, de 28-04-2010 .~~

~~Art. 2º Compete à Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos — AGR a fiscalização do transporte clandestino intermunicipal de passageiros, nos termos desta Lei.~~

~~Art. 3º Serão cominadas à pessoa física ou jurídica que realizar transporte clandestino intermunicipal de passageiros as seguintes sanções:~~

~~I — multa de R\$ 1.000,00 (mil reais);~~

~~II — apreensão do veículo.~~

~~§ 1º Tendo por base o auto de infração lavrado contra o transgressor pela autoridade competente, a AGR instaurará o devido processo administrativo, que seguirá as disposições da Lei nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001.~~

~~§ 2º A liberação do veículo somente poderá ocorrer desde que atendidas uma das seguintes situações:~~

~~I — conclusão do processo administrativo que decidir pela improcedência do auto de infração;~~

~~II — conclusão do processo administrativo que decidir pela procedência do auto de infração, com o pagamento da multa estipulada no inciso I do “caput” deste artigo, assim como da taxa de permanência do veículo em depósito prevista no art. 4º desta Lei;~~

~~III — pagamento antecipado da multa prevista no inciso I do “caput” deste artigo, assim como da taxa de permanência do veículo~~

~~em depósito, prevista no art. 4º desta Lei-~~

~~§ 3º A reincidência na prática do transporte clandestino de passageiros implica a duplicação do valor da multa prevista no "caput" deste artigo-~~

~~Art. 4º A permanência em depósito do veículo apreendido por infração às disposições desta Lei sujeita o seu proprietário ao pagamento à AGR de uma taxa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais)-~~

~~Art. 5º Os valores decorrentes da aplicação da multa prevista no art. 3º, I, e da taxa diária de depósito, referida no art. 4º, serão recolhidos à AGR, nos termos do art. 29, §§ 1º e 2º, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, mediante documento de arrecadação apropriado, e serão atualizados anualmente com base no IGP-DI, estabelecido pela Fundação Getúlio Vargas e, na hipótese de sua extinção, por outro índice que vier a ser utilizado para a mesma finalidade-~~

~~Art. 6º A AGR ao autuar pessoa física ou jurídica por infração às disposições desta lei representará perante a autoridade policial objetivando a apuração das infrações criminais relacionadas com o transporte clandestino de passageiros, tipificadas no Código Penal-~~

~~§ 1º A AGR deverá também proceder à representação de que trata este artigo uma vez constatado que pessoa física ou jurídica realizou ou realiza transporte clandestino de passageiros-~~

~~§ 2º Verificado prejuízo para a Fazenda Pública, a AGR instaurará o respectivo processo administrativo contra o infrator, pessoa física ou jurídica, e fará representação ao Ministério Público competente, nos termos do art. 2º do Decreto-Lei federal nº 3.240, de 08 de maio de 1941-~~

~~§ 3º O policial militar que estiver acompanhando os fiscais da AGR no desempenho de suas tarefas de fiscalização adotará as providências legais de que trata o art. 301 e seguintes do Código de processo Penal-~~

~~Art. 7º O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás — DETRAN-GO somente concederá o registro, o licenciamento e o respectivo emplacamento de característica comercial de veículo de aluguel, destinado ao transporte intermunicipal individual ou coletivo de passageiros de linhas regulares ou empregadas em qualquer serviço remunerado, se a pessoa física ou jurídica interessada apresentar autorização expedida nos termos da legislação, de acordo com o art. 135 do Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997-~~

~~Art. 8º Os condutores de veículos de que trata o art. 7º ficam obrigados a apresentar à AGR a certidão negativa exigida pelo art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997-~~

~~Art. 9º O descumprimento do disposto nos arts. 7º e 8º acarretará à pessoa, física ou jurídica, infratora as sanções previstas no art. 3º desta Lei-~~

~~Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação-~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 16 de julho de 2003, 115º da República-~~

~~MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR
Walter José Rodrigues~~

~~(D.O. de 21-07-2003)~~

~~Este texto não substitui o publicado no D.O. de 21-07-2003.~~

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislações Relacionadas	Constituição Estadual / 1989 Lei Ordinária Nº 18.673 / 2014 Lei Ordinária Nº 18.429 / 2014 Lei Ordinária Nº 18.162 / 2013 Lei Ordinária Nº 16.987 / 2010
Órgãos Relacionados	Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO Poder Legislativo Polícia Militar - PM
Categoria	Transporte público